

Conferência Internacional Sul-americana: Territorialidades e Humanidades

Síntese das Mesas Redondas

Mesa redonda 1

Fronteiras e migrações

Coordenadora: Maria Zilda Cury (UFMG)

Participantes:

- Francisco Eduardo Andrade (UFOP, Brasil)
- Maria Luisa Soux (Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia)
- Maria Medianeira Padoin (UFSM, Brasil)
- Elérson Silva (Cáritas, Brasil)

Mesa redonda 1: **Fronteiras e migrações**

Os integrantes da mesa apontaram como recomendações específicas os seguintes pontos:

1. Dois participantes centralizaram suas falas nos deslocamentos forçados de contingentes populacionais: de migrantes indígenas bolivianos – premidos pelo desemprego e pela fome – e de refugiados no sentido estrito do termo, acolhidos por organismo internacional. Acento na precariedade dos trânsitos contemporâneos e nas consequências perversas da globalização para as populações marginalizadas.
2. Rede de integração regional de ensino envolvendo várias instituições de países integrantes do Mercosul, favorecendo especialmente a construção dialógica de conhecimento no espaço das fronteiras. Assim, a ênfase no espaço regional das fronteiras, já por seu escopo de abrangência, indica um movimento de integração e diálogo transnacional, sob 3 eixos temáticos principais de reflexão: Estado e nação, história dos povos indígenas e dos afrodescendentes e o mundo do trabalho e dos movimentos sociais.
3. A condição humana de negros e mestiços na área na região de fronteira das Minas na 2ª metade do século XVIII e início do XIX. Condição jurídica desse contingente populacional e suas estratégias de organização para a garantia e expansão dos direitos jurídicos deste contingente populacional.

Outras comentários: A fronteira, como temática central desta mesa redonda, pode muito bem ser uma tomada como conceito operatório para a compreensão dos diferentes trânsitos enfocados nos três trabalhos, com a proposta de um olhar novo, diferenciado sobre os grupos humanos priorizados nos três trabalhos. Este olhar, que se propõe promotor da construção de um conhecimento também “fronteiriço”, liminar para os grupos humanos em questão, é revelador da contribuição das chamadas Humanidades para políticas de intervenção no mundo contemporâneo.

Mesa redonda 2

Identities e Línguas

Coordenadora: Heliana Mello (UFMG)

Participantes:

- Michel DeGraff (MIT, EUA)
- Gilvan Müller de Oliveira (UFSC, Brasil)
- Bruna Franchetto (UFRJ, Museu Nacional Brasil)
- Alberto Guarani Mbyá (UFF, Brasil)

Mesa redonda 2: **Identities e Línguas**

Os integrantes da mesa indicaram como recomendações específicas três pontos:

1. Necessidade premente de políticas públicas para a manutenção e revitalização das línguas maternas das populações indígenas brasileiras e de todo o continente americano. Nesta mesma linha de demandas, no Brasil é necessário também o reconhecimento das línguas de imigração e sua real inserção no sistema escolar.
2. Necessidade de reconhecimento, pelas nações, das línguas vernáculas faladas como língua materna em países cuja herança pós-colonial deixou populações inteiras excluídas socialmente por não falarem as línguas eurocêntricas associadas ao poder. Tal circunstância foi vividamente relatada em relação ao Haiti, país no qual o *kreyòl* é a língua materna de 100% da população. Apesar disto, a língua oficial do país, praticada inclusive no contexto escolar, é o francês. Tal prática infringe gravemente os direitos humanos da população e perpetua a exclusão social, cultural e econômica de toda a população não falante de francês, que soma cerca de 95% de toda a população do Haiti.
3. Necessidade de reconhecimento da contribuição do saber ancestral das populações minoritárias e de suas práticas culturais às culturas majoritárias e a todo o corpo da sociedade. O reconhecimento do saber não-enciclopédico, não acadêmico, é um passo importante para o fortalecimento dos princípios das humanidades, que devem sempre contemplar as contribuições oriundas da sociedade para a busca de soluções para os problemas humanos.

Mesa redonda 3

Gênero e diversidade cultural

Coordenadora: Cláudia Mayorga (UFMG)

Participantes:

- Rosalind Hackett (CIPSH, University of Tennessee, EUA)
- Nilma Lino Gomes (UFMG, Brasil)
- Ochy Curiel (Universidad Nacional de Colombia)
- Verônica Santana (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – Marcha das Margaridas, Brasil)

Mesa redonda 3: **Gênero e diversidade cultural**

Diante das perspectivas neoliberais que se acirram e sofisticam no contexto latino-americano e caribenho, das mais diversas violências continuadas e naturalizadas que têm como foco as mulheres na sua diversidade e que articulam sistemas distintos de poder e de desigualdade, alguns desafios são colocados para o campo das Humanidades. De um lado, temos sociedades que, por meio de distintos dispositivos, produzem lugares e concepções acerca das mulheres que as distanciam da possibilidade de serem reconhecidas como sujeitos de direitos, da cultura, da ciência, da política, etc. Historicamente, as humanidades têm sido um campo de olhar crítico sobre a sociedade e que deveria contribuir para desconstruir tais concepções e para o fortalecimento de valores democráticos e emancipatórios, com intuito de fortalecer as relações de igualdade, justiça social, cooperação, solidariedade e articulação entre distintos sujeitos e atores nas sociedades contemporâneas. Um movimento que proponha refundar as Humanidades, não pode deixar de considerar a dimensão estrutural das desigualdades de gênero, raça, etnia, nacionalidade, sexualidade, etc., bem como as inovações e estratégias de resistência e democratização que as mulheres têm proposto nos diversos contextos de trabalho, educação, saúde, participação social e política, etc.

Assim, algumas propostas:

1. É fundamental que as universidades latino-americanas e caribenhas fortaleçam espaços, processos e dinâmicas de produção do conhecimento que tomem as sujeitas sociais, na sua diversidade cultural, como interlocutoras centrais para a compreensão das realidades de desigualdade, mas também de enfrentamento a essas desigualdades (de classe, gênero, raça, orientação sexual), incorporando bandeiras dos diferentes movimentos que contra elas se batem, feministas, antirracistas, feministas negros, LGBTs etc.;
2. É central que as humanidades se dediquem a produzir conhecimentos que, embora atentos à dimensão universal e global, não podem deixar de considerar as especificidades locais e da experiência concreta das mulheres latino-americana e caribenhas;
3. Diante das histórias comuns de colonialidade e imperialismo que marcam os contextos das mulheres no eixo sul do planeta, é fundamental que as humanidades se dediquem a dar visibilidade e fortalecer as articulações no eixo sul-sul, focalizando a desnaturalização de concepções que subalternizam as mulheres dessas latitudes. Tal perspectiva exige uma profunda revisão epistemológica e autocrítica contínua da produção acadêmica, das lógicas institucionais e dos eixos de poder-saber que organizam e marcam a produção do conhecimento nas sociedades contemporâneas.

Mesa redonda 4

Direito e educação

Coordenadora: Vera Lúcia Menezes (UFMG)

Participantes:

- Antônio Gomes Batista (CENPEC, Brasil)
- Luciano Mendes Faria Filho (UFMG, Brasil)
- Vanessa Beco (Canal Futura, Brasil)

Mesa redonda 4: **Direito e educação**

Os integrantes da mesa tomaram como ponto de partida o entendimento segundo o qual as humanidades nos oferecem um conjunto muito importante de "ferramentas" teórico-metodológicas para o entendimento e, logo, a transformação da contemporaneidade. Nenhum projeto sustentável de construção de mundos mais justos e menos desiguais logrará êxito se não contar com uma decisiva e incisiva contribuição das humanidades, e suas diversas tradições de pensamento e conhecimento. Apontaram como recomendações específicas três pontos:

1. É preciso repensar as organizações de fomento para que levem em conta as questões dos gêneros e da diversidade humana.
2. As políticas educacionais devem estar articuladas às políticas de direitos, compreendendo-se a escola pública, de um lado, como instituição cuja emergência se deu paralelamente a processos de construção dos Estados nacionais, desenvolvimento do capitalismo, de hierarquização de conhecimentos e de modernização e, de outro, como reivindicação da sociedade civil organizada, em sua luta por afirmação de direitos. Por isso, situando-se na encruzilhada desses processos protagonizados pelos Estados e pela sociedade civil, e para dar sua contribuição crítica às relações de poder e às desigualdades, a escola precisa de políticas intersetoriais para atender às demandas e necessidades das populações privadas de direitos, sobretudo aquelas que vivem nos territórios vulneráveis das grandes cidades, vítimas de outra segregação, de cunho socioespacial.
3. Os currículos escolares precisam lidar com as diferenças regionais e as diversidades humanas, abrindo-se para a compreensão do mundo e para a construção de uma ordem mais generosa, talvez utópica. As reivindicações mais generosas dos movimentos sociais do Sul indicam que a formação dos sujeitos se efetiva em marcos muito mais amplos dos que os escolares e que assim devem ser considerados. A redução da educação à escolarização não reconhece a pluralidade dos modos, espaços e tempos da formação humana, além de criar as condições para um entendimento para uma compreensão excessivamente racionalizada do mundo.

Mesa redonda 5

Ecologia e meio ambiente

Coordenador: Raoni Rajão (UFMG)

Participantes:

- José Augusto Pádua (UFRJ, Brasil)
- Lúcia da Costa Ferreira (Unicamp, Brasil)
- Maurício Andrés Ribeiro (Ecologizar, Brasil)
- Joceli Andrioli (Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, Brasil)

Mesa redonda 5: **Ecologia e meio ambiente**

Os integrantes da mesa indicaram como recomendações específicas três pontos:

1. Ecologizar as humanidades: importância de difundir conhecimentos e sensibilidades provindos de uma visão ecológica da realidade, que considera o nosso lugar no planeta e recoloca a humanidade como parte (e não usuária) da natureza.
2. Humanizar a ecologia: importância de se considerar a dimensão humana da gestão ambiental. Isso passa pelo questionamento da existência de uma natureza “intocada” e sem história, representada pelo vazio dos mapas políticos e ambientais. Também passa pela integração das demandas sociais nos processo de licenciamento e prevenção de desastres, como o de Mariana.
3. A dialética das transformações socioambientais: as questões ambientais são muitas vezes apresentadas como problemas técnicos que podem ser resolvidos através de intervenções tecnológicas com os quais todos os atores saem ganhando (*win-win situation*). Por outro lado, os exemplos trazidos pelos palestrantes mostram a necessidade de abraçar o contraditório, o embate e os modos dialéticos de pensar e agir provindos das humanidades, de modo a avançar na integração entre sociedade e meio ambiente.

Mesa redonda 6

Controle social e habitabilidade

Coordenador: Alexandre Cunha (UFMG)

Participantes:

- João Antônio de Paula (UFMG, Brasil)
- André Luís Ramos Soares (UFSM, Brasil)
- Maria Alejandra Saleme Daza (Agencia de Cooperación e Inversión de Medellín y el área Metropolitana, Colômbia)
- Cristina Almeida Cunha Filgueiras (PUC Minas, Brasil)
- Leonardo Péricles (Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas, Brasil)

Mesa redonda 6: **Controle social e habitabilidade**

A questão do controle social e da habitabilidade foi debatida em diversos registros, experiências e perspectivas, a partir das exposições de Maria Alejandra Saleme Daza, Leonardo Péricles, André Luís Ramos Soares, Cristina Almeida Cunha Filgueiras e João Antônio de Paula.

Ainda que abordando dimensões distintas desse tema amplo, foram flagrantes as convergências nas reflexões. O problema da reforma urbana, entendida como uma reforma estrutural com vistas a readequar a cidade ao interesse efetivo da maioria, foi colocado de maneira clara por vários dos expositores, com a especificação de vários dos desafios que se associam a esse objetivo maior. Um dos desafios centrais mencionados foi a questão do déficit habitacional (ou das necessidades habitacionais em termos mais amplos).

O exemplo muito bem sucedido de Medellín foi apresentado e se insistiu em como, de forma continuada e sustentada através de diversos governos nos últimos anos, a cidade vem promovendo um tipo de “urbanismo social” dedicado a enfrentar com sucesso os três problemas profundos que há muito marcavam a cidade: criminalidade, corrupção e desigualdade. Não obstante, mesmo em um caso em que concretamente a questão da habitabilidade foi promovida e ampliada com sucesso, como o de Medellín, o problema do déficit habitacional ainda se mostra expressivo e persistente.

Neste sentido, uma primeira conclusão a ser anotada da mesa é como este é um problema central e que não pode ser pensado a partir do registro único da necessidade de construção de novas habitações, mas também, e especialmente, a partir de um enfrentamento e da busca de soluções para a questão da propriedade urbana ociosa, que em muitas de nossas cidades supera mesmo o próprio déficit habitacional .

Mesa redonda 6: **Controle social e habitabilidade**

Houve também convergência em se apontar como diversos dos problemas que se colocam para a nossa realidade urbana são função efetiva de um contexto mais amplo e profundo que se associa em larga medida ao próprio funcionamento do capitalismo. Uma segunda ordem de conclusões diz respeito então a como o confronto à lógica do capital parece ser um caminho incontornável para se pensar soluções mais duradouras no âmbito da habitabilidade e da solução dos problemas sociais em nossas cidades. A contribuição da arqueologia, em diálogo direto com a mesa que antecedeu a nossa, ofereceu ainda um importante pano de fundo para se pensar como são vários os exemplos de sociedades avançadas que colapsaram e se extinguíram, e como nosso modelo predatório vem gerando pressões cada vez mais intensas ao planeta, que inequivocamente se dramatizam nos problemas urbanos. Neste sentido, ainda que a superação do modelo capitalista esteja muito distante de ser um problema de simples enfrentamento, a compreensão de que existe de fato um conflito entre a lógica do capital e a promoção da habitabilidade, o que por sua vez define um quadro de enfrentamento de lógicas distintas, é um ponto de partida essencial.

Finalmente, e em conexão aos dois pontos apresentados acima, uma terceira conclusão é que o tema do controle social é, sem dúvida, uma dimensão central para uma reflexão renovada sobre o espaço da cidade. A inspiração das ideias de Henri Lefebvre serviu de guia para importantes ponderações na mesa sobre o horizonte que devemos perseguir nesse particular, e que inclui questões como a importância da superposição de uma lógica do costume em relação à lógica do contrato no “direito à cidade”, a importância da efetiva apropriação do espaço da cidade, passando, por exemplo, pela questão da própria apropriação do “tempo” (o que está relacionado à questão da mobilidade, das condições e da jornada de trabalho, entre outros muitos pontos), e finalmente, a própria questão da auto-gestão das unidades territoriais em escalas diversas, sendo a questão do controle social um passo decisivo em direção a esse horizonte.

Mesa redonda 7

Relações da terra com o campo

Coordenadora: Shirley Miranda (UFMG)

Participantes:

- Fábio Vergara (UFPel, Brasil)
- Erika Marion Robrahn González (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal)
- Jorge Gelman (UBA, Argentina)

Mesa redonda 7: **Relações da terra com o campo**

As drásticas rupturas nos modos de existência tanto das populações autóctones, quanto afrodescendentes e imigrantes, provocaram repercussões na formação da sociedade brasileira, com o desaparecimento e remodelação de territórios. Os riscos de perpetuação de perda de memórias e conhecimentos, das culturas, marcos e sítios arqueológicos estão a depender de mudanças dos padrões epistêmicos de modo a potencializar o registro do conhecimento do “outro” através de sua própria ciência. A mesa Relações entre Terra e Campo trouxe alguns apontamentos para essa ampliação:

1. Redimensionar a noção de etnicidade, de modo a incorporar a ruralidade como padrão étnico, com destaque para uma memória da ruralidade.
2. Inserir a ruralidade como parte da dinâmica das humanidades poderia potencializar novos diálogos culturais.
3. Necessidade de romper com certos critérios de museologia, promovendo a ampliação do reconhecimento e função do objeto na memória, a incorporação da oralidade à concepção de museu e à “vida do objeto”, o estabelecimento de contatos geracionais e o reconhecimento das potencialidades dos pequenos museus nas comunidades.
4. Necessidade de ampliação das formas de execução da arqueologia, de modo a potencializar suas contribuições à sustentabilidade territorial e ao amparo do patrimônio cultural da nação. Indica-se a integração dos povos indígenas e tradicionais nos programas arqueológicos, em posição simétrica – arqueologia colaborativa das comunidades, arqueologia reversa, arqueologia contínua – como forma de incorporar visões de história, passado e ciência e de reconhecer diferentes formas de uso do espaço que gerem propostas sustentáveis de gestão territorial.
5. Desnaturalizar as hierarquizações na constituição das ruralidade, de modo a reconhecer as distintas formas de evolução do acesso desigual à terra nos processos de colonização das Américas.

Mesa redonda 8

Espaço urbano e violência

Coordenadora: Priscila Carlos Brandão (UFMG)

Participantes:

- Sérgio Adorno (USP, Brasil)
- Bráulio Figueiredo Alves da Silva (UFMG, CRISP, Brasil)
- Marcelo Sain (Universidad Nacional de Quilmes, Argentina)
- Hamilton Borges (Reaja ou será morto, reaja ou será morta, Brasil)

Mesa redonda 8: Espaço urbano e violência

Os integrantes da mesa apontaram como recomendações específicas três pontos:

1. Em primeiro lugar, deve-se discutir o interesse político em lidar com o problema da violência, para além daqueles crimes considerados "escandalosos", ou seja, que produzem grande repercussão pública, que são sobretudo os praticados contra a vida e patrimônio de pessoas de classe médias e altas. Vidas de negros e pobres têm sido consideradas de menos valor. Essa situação, segundo Hamilton Borges, do movimento *Reaja ou será Morto, Reaja ou será morta*, deveria ser considerada um "genocídio" dos negros.
2. Em segundo lugar, é preciso produzir registros e dados confiáveis, tanto sobre o crime quanto sobre vitimização. A falta de existência e sistematização desses dados inviabiliza a implementação de qualquer política pública eficiente.
3. Em terceiro lugar, deve-se refletir sobre a questão do papel da polícia e, ainda, sobre a possibilidade de descriminalização das drogas, tendo sido citados a este respeito os exemplos da Alemanha e Holanda, vistos, respectivamente, de formas negativa e positiva. Quais políticas devem orientar a polícia em um processo de "pacificação" da sociedade, de modo que seja vista como um recurso do Estado a favor da segurança dos cidadãos? Esta é uma questão central, pois policiais são vistos frequentemente como produtores de violência, na medida que são orientados a manter uma ordem que assegura o desenvolvimento político e econômico de uma determinada parcela da sociedade, os altos níveis de hierarquia social. Em que medida a descriminalização das drogas, por sua vez, poderia contribuir para diminuir a violência, inclusive a praticada pelo aparato policial? Que implicações a descriminalização traria para a saúde dos cidadãos e, numa sociedade em que o acesso aos tratamentos é extremamente diferenciado entre classes, não viria reiterar as desigualdades e as exclusões?

Mesa redonda 9

Materialidades e representações

Coordenador: Luiz Carlos Villalta (UFMG)

Participantes:

- Aldrin Moura Figueiredo (UFPA, Brasil)
- Leonel Cabrera (Udelar, Uruguai)
- César Lorenzano (FISP, Universidad Nacional de Tres de Febrero, Argentina)
- Maria Rita Casagrande (Blogueiras Negras, Brasil)

Mesa redonda 9: **Materialidades e representações**

Na mesa, inicialmente foram discutidos os aspectos teóricos (filosóficos, cognitivos, técnicos, estéticos) das representações, fundamentalmente as artísticas. Focalizaram-se os papéis dos sujeitos e dos objetos na constituição das representações. Reiterou-se sua importância na existência humana, nas construções de narrativas, envolvendo sujeitos, territórios e tempos, conflitos e/ou coexistência de diferentes tradições e perspectivas. As representações, assim, são compreendidas como decisivas na configuração, no apagamento e/ou exclusões de identidades. Maria Rita Casagrande, do movimento *Blaqueiras Negras*, denuncia o epistemicídio subjacente a representações que têm por objeto os negros, especialmente as mulheres e, ainda, os LGBTs, no Brasil.

A partir dessa perspectiva, considerou-se que as representações são importantes:

1. Para se apreenderem os modos pelos quais determinados sujeitos inventaram histórias, convenientes às suas estratégias de afirmação social, cultural e política, muitas vezes em detrimentos de outros sujeitos;
2. Para se identificarem, em suas sobreposições, indícios de apagamentos e coexistências, os mecanismos pelos quais determinados sujeitos procuraram e procuram excluir outros, processos muitas vezes marcados por violências que ultrapassaram o campo do simbólico. Por isso, é preciso decodificar, revolver, desvendar sentidos e estratégias, em diversas representações (borrões, marcas sucessivas etc.), estratos e esforços de apagamento;
3. Para se evidenciarem as violências que vitimizam diferentes sujeitos históricos, no presente e no passado, em vários espaços.

Mesa redonda 10

Desenvolvimento social e inovações

Coordenador: Estevam Barbosa de Las Casas (UFMG)

Participantes:

- Inguelore Scheunemann (UFPel, IBIO, Brasil)
- Fernando Ortega (Millenium Project, APROEF, Peru)
- Luiz Oosterbeek (CIPSH, IPT, Portugal)

Mesa redonda 10: **Desenvolvimento social e inovações**

Os integrantes da mesa apontaram como recomendações específicas três pontos:

1. As inovações tecnológicas devem ser analisadas em sua historicidade, no que trazem de novo e no que denotam permanências, particularmente no que diz respeito à responsabilidade que os sujeitos têm diante delas e às possibilidades que elas abrem (ou encerram) em relação a esses mesmos sujeitos. As inovações, assim, podem envolver dicotomias, limites e possibilidades. Para citar um exemplo, na atualidade, as mídias sociais e mecanismos de busca filtram as informações mais facilmente acessíveis usando algoritmos que disponibilizam aos usuários dados ajustados ao perfil encontrado para cada um. Desse modo, o conjunto de informações é apresentado de forma circular, reforçando tendências e pré-conceitos do indivíduo, com o que as novas mídias, longe de proporcionarem inovações e desenvolvimento substanciais, trazem o risco do estreitamento do mundo e, ainda, da diminuição de acesso efetivo à informação. A tecnologia, nesse quadro, deve ser pensada como uma ferramenta a serviço da humanidade. Não se pode encará-la apenas sob o prisma da garantia de uma acessibilidade a maior número de pessoas, havendo a necessidade de pensá-la atrelada a uma compreensão arrojada de educação.
2. A importância de preparar desde a perspectiva das Humanidades o esclarecimento à população mundial sobre os riscos das mudanças tecnológicas, especialmente da automatização e robotização.
3. A inclusão da ética na discussão da tecnologia, seu uso e seus frutos, é cada vez mais premente, dado o rápido desenvolvimento tecnológico. No Brasil, especificamente em Minas Gerais, já se atravessou um “ciclo do ouro” e agora do minério de ferro. Mesmo com o valor do minério de ferro aumentado em uma ordem de grandeza, a herança que se prenuncia para sua exploração não aponta para nenhuma transformação social positiva a longo prazo, sendo a maioria dos recursos apropriados em forma de lucros para atores externos.